

Campelo vai processar os bancários

O deputado Valmir Campelo (PLD/DF) afirmou, ontem, que vai processar o Sindicato dos Bancários pela distribuição de 50 mil panfletos que o classificam, assim como ao senador Meira Filho (PMDB) e os deputados Jofran Frejat (PFL) e Francisco Carneiro (PMDB) e Márcia Kubitschek (PMDB), de «traidores do povo». De acordo com o panfleto, estes parlamentares votaram com o Centrão e por isso seriam contra a classe trabalhadora, tese considerada pelo deputado como «calúnia» e «patrulhamento de baixo nível».

O deputado Valmir Campelo informou que já pediu a seu advogado que tome as providências legais cabíveis, uma vez que, na sua opinião, o sindicato imprimiu «mentiras» no panfleto. Isso porque, disse, não houve ainda as votações no plenário da Constituinte, fórum em que será estabelecido, através do voto, as posições dos constituintes sobre as questões trabalhistas.

«É ali», frisou «que votarei de acordo com a minha consciência», acrescentando que espera que sejam apresentadas as emendas de cunho trabalhista, para que possa «se posicionar melhor sobre o assunto. Entretanto, afirmou que, ao contrário do que diz o panfleto, não defende cinco anos de mandato para o presidente José Sarney, mas quatro.

Já o deputado Jofran Frejat, disse que o panfleto «é inverídico e de interesse eleitoral», resultado da «falta de acompanhamento», por parte do Sindicato dos Bancários, dos trabalhos da Constituinte. Segundo ele, o panfleto procurou «estigmatizar» os constituintes que votaram com o Centrão «apenas para conseguirem a mudança do Regimento Interno da Constituinte».

Além do que, ressaltou o deputado, «sou a favor da maioria das causas trabalhistas apontadas no panfleto, tais como a garantia de emprego, dependendo da forma; semana de 44 horas de trabalho; horas extras em dobro; licença maternidade de 120 dias; aviso prévio justo; aposentadoria com salário integral e mandato de quatro anos para o Presidente da República».

O deputado Jofran Frejat só não concorda, entre as causas trabalhistas apontadas pelo panfleto, com a imprescritibilidade das ações trabalhistas. De acordo com o parlamentar, tal dispositivo, se implementado no País, causaria a falência do setor empresarial, já que ninguém se arriscaria a comprar uma empresa que tivesse ações na Justiça. Frejat defende que a imprescritibilidade se dê «por tempo determinado, talvez cinco ou dois anos», disse.

Para o deputado Francisco Carneiro, o aspecto que se deve observar no panfleto «é sua tendência a deturpar a realidade», ponto de vista compartilhado com o senador Meira Filho. «Se o sindicato tivesse acompanhado os trabalhos da Constituinte teria sabido que defendo a semana inglesa e jornada de 44 horas, a participação do trabalhador no lucro líquido da empresa, a greve para funcionários públicos, salários mais dignos, melhoria do salário mínimo e estabilidade no emprego por indenização para cada ano de serviço», queixou-se o deputado.